



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA**

**ELBIA CUNHA DE SOUZA**

**RELAÇÕES NO SERTÃO DA AMAZÔNIA (1790 -1824): UM RIO E SUAS GENTES  
NO ENSINO DE HISTÓRIA**

**Ananindeua - Pará  
2021**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA**

**ELBIA CUNHA DE SOUZA**

**RELAÇÕES NO SERTÃO DA AMAZÔNIA (1790 -1824): UM RIO E SUAS GENTES  
NO ENSINO DE HISTÓRIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso para  
obtenção do grau de Licenciado em  
História pela Faculdade de História,  
Campus Universitário de Ananindeua,  
Universidade Federal do Pará.**

**Orientadora: Prof.a Dra. Sueny Diana  
Oliveira de Souza**

**Ananindeua - Pará  
2021**

**ELBIA CUNHA DE SOUZA**

**RELAÇÕES NO SERTÃO DA AMAZÔNIA (1790 -1824): UM RIO E SUAS GENTES  
NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Licenciado em História pela Faculdade de História, Campus Universitário de Ananindeua, sob a orientação da Prof.a Dra. Sueny Diana Oliveira de Souza.

Avaliado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

Conceito: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof.a Dra. Sueny Diana Oliveira de Souza – Orientadora  
Universidade Federal do Pará  
Faculdade de História – FAHIS – Ananindeua/UFPA

---

Prof.a Dra. Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo - Membro da Banca  
Universidade Federal do Pará  
Faculdade de História – FAHIS – Ananindeua/UFPA

---

Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva - Membro da Banca  
Universidade Federal do Pará  
Faculdade de História -FAHIS - Ananindeua/UFPA

Ananindeua - Pará  
2021

Ao meu esposo Marcelo, e aos meus filhos  
Matheus, João Vítor e Talita Mel, que me deram  
apoio e auxílio necessário em todos os momentos.  
(Elbia Cunha de Souza)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, meu maior orientador, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho em um ano tão atípico.

A prof. Dra. Sueny Diana Oliveira de Souza, minha orientadora, que me escolheu e conduziu nesta pesquisa, com paciência e maestria, pelos caminhos da “Relações no sertão da Amazônia (1790 -1824): Um rio e suas gentes no ensino de história”.

Aos meus familiares que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos amigos tão queridos e especiais, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho.

A todos meus professores que compartilharam ensinamentos tão transformadores e me incentivaram nessa jornada do Ensino de História.

A todos que ajudaram, de forma direta ou indireta, e acreditaram em meu potencial.

“A ocupação e organização de fronteira foram marcadas por uma história de luta e resistência de negros escravizados e fugitivos, soldados desertores, homens brancos pobres e indígenas” (Souza, 2012, p. 70).

## RESUMO

O presente trabalho destaca a Fronteira de Turiaçu que demarcava o limite entre as regiões do Pará e do Maranhão nos anos finais do século XVIII e início do século XIX e analisa a partir de trabalhos científicos de autores como Sueny Diana de Souza, Flávio Gomes, entre outros, aspectos das relações sociais dos sujeitos que ali habitavam a fim de construir um recurso didático para ser utilizado no Ensino Fundamental anos finais. Dessa forma, o debate entre a relação do saber acadêmico e o saber escolar se faz necessário, pois a proposta para a produção de um recurso didático para o ensino de história só será exequível a partir das pesquisas construídas na academia e adaptadas ao espaço escolar. Assim, por meio do recurso didático aqui proposto, há possibilidades de estudar diversos conceitos do Ensino de História, pois os aspectos selecionados para esse material permitem analisar através dessa região fronteira as noções de relações de poder, noções de espaço, noções de fonte, sujeitos históricos, organização social, territórios e fronteiras. Propondo assim conhecimentos atualizados e debatidos na academia chegarem à escola, pois acredita-se no potencial das temáticas e conceitos dessa região para exercício diário do docente e discente, por meio do compilado organizado nesse recurso didático.

**Palavras-chave:** Saber acadêmico, Saber escolar, Fronteira de Turiaçu; Ensino de História; Recurso didático.

## ABSTRACT

The present work highlights the Fronteira de Turiaçu that demarcated the boundary between the regions of Pará and Maranhão in the final years of the 18th century and the beginning of the 19th century and analyzes from scientific works by authors such as Sueny Diana de Souza, Flávio Gomes, among others, aspects of the social relations of the subjects who lived there in order to build a didactic resource to be used in elementary school in final years. Thus, the debate between the relationship between academic knowledge and school knowledge is necessary, since the proposal for the production of a didactic resource for the teaching of history will only be feasible based on the researches built in the academy and adapted to the school space. Thus, through the didactic resource proposed here, there are possibilities to study several concepts of History Teaching, as the aspects selected for this material allow to analyze through this border region the notions of power relations, notions of space, notions of source, subjects historical, social organization, territories and borders. Thus proposing updated knowledge and debated in the academy to arrive at the school, because it is believed in the potential of the themes and concepts of this region for daily exercise of the teacher and student, through the compiled organized in this didactic resource.

**Keywords:** Academic knowledge, School knowledge, Fronteira de Turiaçu; History teaching; Didactic resource.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>12</b>
<b>3 TURIAÇU: A FRONTEIRA DO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>4 A IMPORTÂNCIA DA FRONTEIRA DE TURIAÇU PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>28</b>
<b>5 CARTILHA DA FROTEIRA DE TURIAÇU: UM RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA .....</b>	<b>31</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nos anos finais do período colonial no sertão amazônico brasileiro a fronteira entre o Pará e o Maranhão, delimitada no rio Turiaçu – que administrativamente separava o Pará do Maranhão – cuja região possuía uma pluralidade de vida e acontecimentos em sua área que o ensino básico merece conhecer e debater. Essa região fronteiriça tem peculiaridades em sua construção política, econômica e principalmente social que são pertinentes na construção do conhecimento de docentes e discentes. A intenção desse trabalho é abordar essa área fronteiriça em múltiplos aspectos e analisá-los a fim de construir um recurso didático para ser utilizado na educação básica, mais especificamente no Ensino Fundamental Anos finais, pois acredita-se no potencial das temáticas e conceitos para o ensino de História.

Para isso, este trabalho traz a proposta da criação de um material didático fundamentado na dissertação de mestrado e na tese de doutorado da professora/doutora Sueny Diana Oliveira de Souza<sup>1</sup>, que trata especificamente do sertão de Turiaçu no final do século XVIII e primeira metade do século XIX. A partir desses textos científicos e de outros autores como Flávio Gomes (2005) e Shirley Nogueira (2009), serão abordadas leis lusitanas de ocupação para a região amazônica, tanto na perspectiva impositiva europeia quanto na recepção desses projetos pelos sujeitos da fronteira.

Busca-se por meio dos trabalhos desenvolvidos pelos autores observar as relações sociais, os conflitos, as alianças, as resistências e as autonomias nas maneiras de negociar entre outras dinâmicas próprias desse território. Segundo Souza “A fronteira entre o Pará e o Maranhão era uma área de trânsito que comportava povoações indígenas, comunidades de negros, grandes fazendas, vilas e freguesias, tanto do lado paraense do rio Turiaçu quanto do lado maranhense.” (SOUZA, 2012, p.11). Nesse sentido, o trabalho será desenvolvido a partir das distintas relações que havia entre essas “gentes” da fronteira.

Com relação a importância dessa fronteira defende-se uma explicação mais elaborada para o ensino de História com destaques nas noções de diversos conceitos

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2016). Professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará / campus de Ananindeua - suenyhist@gmail.com

históricos, na diversidade da região, na desconstrução dos estereótipos, na possibilidade de análise dos discursos oficiais e as fontes apresentadas por historiadores.

A autora Mariana Flores (2018), destaca que a partir da década de 1990 o conceito sobre as fronteiras ganhou um sentido mais significativo, ou seja, passa a ser de que “a compreensão da fronteira seria cada vez mais como um espaço, e menos como um limite, bem cada vez mais como um lugar que promove a integração, e menos como uma barreira intransponível [...]”. A autora discorre ainda sobre que “é preciso não incorrer na imagem simplificada de uma fronteira e de fronteiriços homogêneos”. (FLORES 2018, p.39,41). Nesse sentido torna-se pertinente insistir que essa compreensão é necessária ao ensino básico, pois o estudo de regiões fronteiriças pode contribuir em grande medida para o conhecimento do nosso país e de suas gentes.

Essa construção de conhecimento suscita o debate entre a relação do saber acadêmico e o saber escolar, pois a produção desse material didático para o ensino de história no ensino fundamental só será exequível a partir das pesquisas dos textos científicos construídos na academia, que passarão pelo processo da transposição didática, ou seja, serão adaptados ao espaço escolar. Refletir sobre os conhecimentos construídos nesses dois lugares revela a importância de ambos para a formação do docente e para o cotidiano escolar.

Dessa forma, se torna urgente a produção de materiais que contemplem as historiografias atuais com o objetivo de ampliar os debates em sala de aula sobre conceitos pertinentes ao ensino de história. Além de destacar os sujeitos que por muito tempo foram silenciados, sociedades que trazem em sua história ações de resistências e organização social pouco debatida, ou apenas simplificada, em sala de aula. São grupos distintos que precisam fazer parte dos discursos dos docentes, pois muitas vezes o aluno não se sente parte das narrativas históricas que privilegiam em diversos contextos apenas os grandes heróis.

Acredita-se que trazer a autonomia dessas *peças fronteiriças* – indígenas, homens brancos pobres, negros escravizados, fugitivos ou livres, dentre outros – para o cotidiano do aluno pode tornar as aulas de História muito mais envolventes. Além disso, essa perspectiva de ensino aliada a uma ferramenta didática – que expõem aspectos espaciais, assim como algumas políticas lusitanas e conflitos internos dessa

região – trará uma possível contribuição aos professores de História do Ensino Fundamental II, que muitas vezes estão sobrecarregados e não tem tempo de pesquisar ou de atualizar suas leituras acadêmicas.

A proposta de elaboração de um material didático sobre a Fronteira de Turiaçu pretende apresentar as regiões do Pará e Maranhão, ou seja, uma parte do Sertão Amazônico no período entre 1790 e 1824, buscando algumas das especificidades no período colonial dos sujeitos nas margens do rio de mesmo nome.

A partir de tais definições este trabalho tem como:

### **OBJETIVO GERAL:**

Explanar a área fronteira de Turiaçu em múltiplos aspectos, a fim de construir uma Cartilha como recurso didático, aprofundando algumas relações sociais e pluriculturais na fronteira entre o Pará e o Maranhão, com intuito de conhecer e desconstruir alguns dos estereótipos naturalizados sobre as sociedades existentes nesse território, e refletir sobre algumas ações de resistências vivenciadas nessa fronteira.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Explanar a fronteira e as “gentes” do Turiaçu, no período de 1790 e 1824, a partir da dissertação e tese da professora Dra. Sueny Souza;
- Conhecer algumas das relações sociais dos fronteiriços;
- Elaborar uma Cartilha como recurso didático como elemento importantíssimo para construção do conhecimento dos discentes do Ensino Fundamental Anos Finais.

A partir dos objetivos delimitados, este trabalho traz uma introdução de toda a importância que este trabalho pode trazer por meio da criação e do uso da Cartilha dentro do Ensino de História, assim como a especificação dos autores que embasam este trabalho; por conseguinte traz a metodologia de como foi organizada esta pesquisa, posterior apresenta um debate teórico que aborda a história da fronteira no rio Turiaçu e o conceito de fronteira a partir de outras conjunturas, descreve alguns sujeitos que a compuseram no final do século XVIII e início do século XIX em meio aos seus conflitos; em seguida traz a importância da fronteira de Turiaçu para o ensino de História e a criação e elaboração da Cartilha da Fronteira de Turiaçu como um

recurso didático para o ensino de História, finalizando com as considerações finais e referências, trazendo um apanhado geral da importância desta pesquisa e as bases teóricas que fundamentaram este trabalho.

## 2. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de abordagem qualitativa, que compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados como: entender comportamentos, atitudes e motivações que influenciam ou determinam uma escolha. Sendo utilizada para aprofundar conhecimentos que já tenham sido quantificados por bases de conhecimentos para posteriormente serem analisados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979, p. 520).

Por isso, este mesmo estudo será desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, que traz um estudo sistematizado desenvolvido com base na fundamentada na dissertação de mestrado e na tese de doutorado da professora/doutora Sueny Diana Oliveira de Souza (que trata especificamente do sertão de Turiaçu no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, criada e organizada a partir de arquivos nacionais, cartas, ofícios e jornais arquivados ao longo da história). Assim como publicações de textos científicos e de outros autores como Flávio Gomes (2005) e Shirley Nogueira (2009), sendo abordadas leis lusitanas de ocupação para a região amazônica, tanto na perspectiva impositiva europeia quanto na recepção desses projetos pelos sujeitos da fronteira. Fornecendo um instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária (MORESI, 2003, p. 10).

Outra perspectiva importante debatida a partir da temática da fronteira de Turiaçu, está pautada no debate sobre a relação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Para a defesa desse assunto os autores Luís Alberto Marques Alves (2016), Ana Maria F. C. Monteiro (2003), Lurdes de Fátima Polidoro e Robson Stigar (1999) apresentam a fundamentação necessária para esclarecer os desafios, as possibilidades e as construções do saber a partir dessa dinâmica de troca e adaptações no espaço escolar.

Com características de uma análise documental. Que descreve que se pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja

complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.38).

A pesquisa bibliográfica com característica de uma análise documental, servirá como um aporte na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis, na autenticidade da pesquisa e na exploratória que nos permitirá ter uma visão geral e mais aprofundada de como são retratadas as relações sociais, conflitos, alianças, resistências e as autonomias nas maneiras de negociar entre outras dinâmicas próprias desse território de Fronteira de Turiaçu.

### CRONOGRAMA DE ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

<b>Atividades / 1º e 2º semestres 2020</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>
Elaboração do Projeto de Pesquisa	X	X	X	X	X	X
Aprofundamento teórico – Leituras	X	X	X	X	X	X
Elaboração da primeira versão		X		X	X	X
Orientações Presenciais	X			X	X	X
<b>Atividades / 1º semestre 2021</b>			<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	
Orientações Presenciais			X	X		
Aprofundamento teórico – Leituras			X			
Elaboração da segunda versão			X	X		
Revisão do Texto				X		
Redação Definitiva				X		
Defesa do Artigo (TCC)						X

**Fonte:** elaboração da autora (2021).

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise sobre diversos aspectos da Fronteira de Turiaçu nos trabalhos acadêmicos, no período delimitado, e a proposta de um recurso didático a partir dessa investigação torna pertinente o debate entre o saber acadêmico e o saber escolar. Ressaltando a importância de cada conhecimento e os resultados positivos dessa relação, pois a academia e as escolas são espaços de construções de conhecimentos e cada uma possui suas próprias características e demandas para atender grupos distintos.

Quando essa relação ocorre de forma coerente e respeitosa o saber produzido refletirá de diversas formas alcançando muitos outros grupos e espaços. Segundo a autora Ana Maria Monteiro

Contrastar o saber escolar com o saber acadêmico permite identificar as transformações e as características, principalmente na sociedade atual, onde as ciências constituem um corpo sistematizado de conhecimentos, elaborados a partir de critérios rigorosos quanto aos aspectos de ordem teórico-metodológica, e onde o saber escolar vai buscar legitimidade. (MONTEIRO, 2003, p.16)

Observa-se a partir da afirmação da autora que essa relação é fundamental para o saber que será construído em sala de aula, pois os saberes acadêmicos históricos estão constantemente passando por atualizações a partir de suas pesquisas e investigações.

Vale ressaltar que essa relação entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar é possível devido a transposição didática, pois a partir desse processo é possível perceber as adaptações necessárias para que essa relação flua dentro de seus limites permitidos. Para Polidoro e Stigar (1999) “O termo Transposição Didática implica a diferenciação entre saber acadêmico e saber escolar, que são de natureza e funções distintas, nem sempre evidentes nas análises sobre a dimensão cognitiva do processo de ensino e aprendizagem (Polidoro, Stigar, 1999, p.2)”. Eles ressaltam ainda que “Os conhecimentos científicos, à medida que são elaborados, passam por processos de codificação, sendo que os processos didáticos devem considerar os códigos científicos” (1999, p.4).

Nesse conjunto de ações em adequar e adaptar o saber científico para o saber escolar há ganhos e perdas, e não há um consenso sobre esse debate, porém é preciso concentrar ao que esse trabalho se propõe que é dispor ao ensino

fundamental um recurso didático que reflita sobre alguns conceitos históricos pertinentes ao ensino de história. Para Luís Alberto Marques Alves (2016)

Não há fórmulas para determinar exatamente o que deve ser o trabalho do professor de História – prescrição de uma transposição didática única – mas há consciência de que a Didática da História deve estar, e ser pensada, conjuntamente com o trabalho do historiador e afastar-se de uma pedagogização que privilegiando o destinatário, esquece a epistemologia do conteúdo, a natureza da mensagem e a identidade disciplinar (ALVES, 2016, p. 11)

Quando o conhecimento científico histórico passa pela transposição didática para suprir as necessidades de cada etapa e contribuir para formação dos alunos no ensino de história, ele cumpre uma das funções descritas para as Ciências Humanas contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é de:

[...] estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. (Brasil, 2017, p.354)

Compreende-se que partir do estudo da Fronteira de Turiaçu há a possibilidade de estudar, por meio do recurso didático aqui proposto, diversos conceitos do Ensino de História, pois os recortes selecionadas para esse material permite analisar através dessa região as noções de relações de poder, noções de espaço, noções de fonte, sujeitos históricos, organização social, territórios e fronteiras, e ainda o escravismo no Brasil. Propondo assim conhecimentos atualizados e debatidos na academia chegarem na escola com mais frequência, levando em consideração os limites de cada saber.

Nesse aspecto Alves (2016) faz uma importante análise sobre o exercício do professor historiador e sua tarefa nos dois campos de conhecimentos: o escolar e o científico propõem que:

Nunca conseguiremos refletir sobre o ensino da História se não tivermos ideias claras sobre “este sujeito” (aluno) e “esta sociedade” (contexto). Não devemos deixar de ser investigadores, mas agora com uma dupla responsabilidade: enquanto historiadores (num quadro epistemológico rigoroso) e enquanto professores transportando esta formação científica para a percepção da sociedade em que vivemos. (ALVES, 2016, p.12)

Assim, esse trabalho propõe a produção de um recurso didático que em alguma medida diminua a distância entre o saber acadêmico e o saber escolar. Possibilitando a partir de diversas informações sobre a Fronteira de Turiaçu um aprendizado significativo na formação do discente do ensino básico. Para isso traçamos algumas considerações sobre Turiaçu que veremos posteriormente.

### **3.1 TURIAÇU: A FRONTEIRA DO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX**

As últimas décadas do século XVIII e início do século XIX marcam os anos finais do período colonial no Brasil e possuem aspectos singulares na região amazônica, mais especificamente na região de Turiaçu. Um espaço repleto de histórias que passou por muitas transformações no período colonial a partir das políticas de ocupação da coroa portuguesa implantadas nessa localidade e por vezes essas políticas foram de encontro com as motivações dos grupos sociais que circulavam nessa área, gerando assim muitos conflitos e circunstâncias que tornaram esse lugar singular.

Nesse contexto fronteiriço o rio Turiaçu tem um papel fundamental, pois serviu de delimitação administrativa no período, talvez mais intenso, de investimentos da Coroa portuguesa na tentativa de estabelecer seu controle sobre os diversos lugares das capitanias mais ao norte do império luso, dessa forma era fundamental ocupar os espaços, criar caminhos, e ainda demarcar os limites dessa área para que facilitassem seu domínio e a comunicação entre o Pará e o Maranhão com o restante do país.

Para Flávio Gomes (2005, p.106), o processo de colonização na Amazônia foi muito mais complexo do que em qualquer outro lugar das Américas e no decorrer do trabalho será possível perceber que havia um interesse muito grande por essa região, justificando-se assim o investimento em legislações e as diversas tentativas de controle sobre os fronteiriços.

Sobre este controle a autora Shirley Maria Silva Nogueira (2013) afirma que:

Para assegurar o domínio socioeconômico naquela vasta região, criou-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão (englobando somente o Maranhão, o Grão-Pará e capitania do Rio Negro, esta criada em 1755), em 1751 com sede em Belém substituindo o antigo estado do Maranhão, sediado em São Luís. Tal transformação administrativa colonial foi necessária, uma vez que havia a concorrência da Inglaterra, França e Espanha na região. (NOGUEIRA, 2013, p.158)

A respeito dessas investidas de domínio socioeconômico da vasta região citada acima a autora expõe que essa fronteira foi construída à medida que o interesse de seus governantes aumentava pelo comércio entre o Pará e o Maranhão. Assim, em 1754 o lugar de Turiaçu foi criado, a povoação que ficava na margem esquerda do rio passou por algumas intempéries e precisou algumas vezes mudar de lugar, mas sempre próximo do rio Turiaçu, e apesar das mudanças os habitantes locais mantinham o nome da povoação – São Francisco Xavier de Turiaçu – que cresceu e se tornou uma freguesia de Bragança. (SOUZA, 2012, p. 22).

O sertão<sup>2</sup> de Turiaçu foi uma fronteira situada entre o Pará e o Maranhão<sup>3</sup>, uma área que podia ser acessada por vias terrestres ou fluviais dependendo de onde se partia. Mas vale ressaltar que esse lugar era de difícil acesso, daí a necessidade de estabelecer vilas e estradas para tornar acessível o trajeto nessa fronteira. Segundo Souza (2016, p.30) “Essa região era composta por vilas e freguesias com características climáticas, populacionais e produtivas muito distintas.” Para ter acesso a fronteira de Turiaçu era necessário conhecer a geografia do lugar e suas dificuldades, pois ela tinha características próprias tanto do lado paraense quanto do lado maranhense. E por ser um espaço situado entre duas grandes regiões seu percurso possuía características distintas, marcadas por alagamentos, rios, furos e estradas.

Nesse contexto de dificuldades havia também a dependência dos indígenas, que segundo Souza (2012, p.18), eram os únicos que conheciam bem a localidade, para a realização do trajeto que mesclava percursos terrestres e fluviais, e por isso muitos viajantes ficavam à mercê dos índios e caboclos da região.

Apesar dessas dificuldades, o contexto histórico desse lugar evidencia que havia interesses comerciais europeus e por isso tornou-se necessário investir em melhoramento no acesso a essa fronteira. Dessa forma ao longo do tempo as investidas políticas contribuíram para que ocorressem as transformações nessa

---

<sup>2</sup> Sueny Diana Souza (2016, p. 15) esclarece que ao longo do século XVIII, as fronteiras foram comumente descritas como sertões – ou os sertões caracterizados como fronteiras que deveriam ser dominadas.

<sup>3</sup> Flávio Gomes (2005, p.13) afirma ainda que até meados de do século XVIII estes estavam ligados em termos de administração colonial pelo Estado do Maranhão e Grão-Pará. Depois foram divididos em duas capitanias.

localidade, e conseqüentemente refletiram nas relações sociais e econômicas do lugar. Souza (2012) ressalta que:

O Pará e o Maranhão formavam desde 1621 um único Estado, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que em 1751 passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nessas formações ambas as capitanias constituíam juntas um “governo independente” que existiu até 20 de agosto de 1772, quando por meio de um decreto Régio foram separadas em duas capitanias e integradas ao Estado do Brasil. Formaram-se a partir de então as capitanias do Grão-Pará e Rio Negro e Maranhão e Piauí. O limite entre estas foi delimitado neste momento e situa-se no rio Turiaçu. (SOUZA, 2012, p.18)

Vale ressaltar que embora essa fronteira amazônica possuísse suas particularidades no contexto em que será explorada, alguns aspectos são similares a de outras fronteiras, até mesmo em regiões fronteiriças internacionais. Por exemplo, é interessante observar no trabalho de Shirley Nogueira as preocupações das autoridades portuguesas e locais com as outras fronteiras do Grão-Pará entre o período de 1775 a 1823, e de acordo com a autora essa região é marcada por outros conflitos em diversos limites fronteiriços.

Nogueira (2013) afirma que:

O espaço territorial do Estado do Grão-Pará e Rio Negro demarcava seus limites com as colônias estrangeiras e as outras capitanias da América portuguesa, definidas pelo Tratado de Madri (que estabeleceu os limites do Império Lusitano ao norte e sul do Brasil). Tais limites eram: ao norte, a Guiana Francesa, Caribana Espanhola, atual Venezuela e a Guiana Inglesa, a oeste, os atuais Peru e Colômbia. O rio Turiaçu separava o Pará de Maranhão, a leste. Os rios Tocantins e Araguaia separam-no de Goiás. O Rio Negro estaria limitado a leste, com a capitania do Pará; a noroeste, com o Peru e Caribana Espanhola e, ao sul, com o Mato Grosso, ao norte, com a Guiana Inglesa e a Guiana Francesa. (NOGUEIRA, 2013, p.159)

A partir dessa descrição é possível ter uma noção dos conflitos que a Coroa Portuguesa tinha que enfrentar para defender e/ou estabelecer seu pretendido domínio total, porém apesar das diversas tentativas esse domínio total nunca ocorreu. Sobretudo nessa região em que as fronteiras também são estrangeiras, Nogueira (2013) salienta que Portugal, em 1790, iniciou o processo de militarização no Grão-Pará para defender essas áreas da influência revolucionária da França, principalmente porque “as idas e vindas de moradores e fugitivos na fronteira do Pará junto à Guiana Francesa eram antigas”. Ela afirma ainda que “Em 1803, o Regimento de Infantaria de Extremoz foi enviado para o Pará, e a fronteira com a Guiana Francesa foi alvo de constante vigilância”. Essas investidas militares foram em terra e água organizadas pelo governador Francisco de Souza Coutinho com a função de

impedir que as ideias de liberdade e as notícias de rebelião escrava motivasse e ganhasse adeptos com as gentes das fronteiras e das colônias do Grão-Pará<sup>4</sup>. (NOGUEIRA, 2013, p. 160)

Esses dados revelam que as autoridades do Grão-Pará tinham bastante trabalho em manter seu domínio fronteiriço, pois havia investidas de outras nações potentes, que também tinham bastante interesse nesse território. Ela afirma que “As ideias de revolução e liberdade poderiam chegar as vilas – como Cameté – também pelas fronteiras do Grão-Pará com Goiás e Mato Grosso”. Outro aspecto importante colocado pela autora esclarece que nesse período havia o movimento da Inconfidência Mineira, e esse ideário liberal chegava ao território por meio das gentes que circulavam pela região. Destaca ainda que “As preocupações com a entrada de ideias revolucionárias se reforçariam com o início do processo de luta pela independência das colônias da América Espanhola” (NOGUEIRA, 2013, p. 161). O trabalho da autora reforça as questões conflituosas e as inúmeras investidas de conquista, de resistência, de domínio, de injustiças e tantos outros aspectos que permeiam as fronteiras.

Ainda nessa perspectiva em perceber algumas similaridades nas sociabilidades em diferentes fronteiras a obra de Mariana Flores (2018) reforça que “Em qualquer espaço, e não seria diferente em um espaço de fronteira, existem diferentes grupos sociais, onde cada sujeito possui interesses particulares e situações socioculturais específicas”. Flores (2018) defende a fronteira como um espaço de diversidade social, com experiências distintas, mas com a utilização dos mesmos recursos. Vale ressaltar que a autora analisa os manejos da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, e embora seja em área estrangeira é possível observar referências que se aproximam e enriquecem o estudo sobre a fronteira de Turiaçu.

Um aspecto interessante abordado pela autora que ocorre tanto na fronteira estrangeira quanto na de Turiaçu está na maneira como os sujeitos fronteiriços aproveitavam as vantagens oferecidas pelas regiões ao redor. Mariana Flores, a partir das fontes, descreve alguns casos em que os sujeitos se apropriavam de um lado da

---

<sup>4</sup> NOGUEIRA (2013, p. 160) expõe ainda o documento: APEP, Códice 512. Ofício de 16 de setembro de 1795- onde o Capitão Hilário de Moraes Bittancourt de Cameté, a pedido de Souza Coutinho recomenda aos cabos das Patrulhas em suas rondas de dois a três se escondam para executar o que se diz, e que se ouvirem alguma conversa de negros que “respire a sedição e más intenções, sejam logo apreendidos e recolhidos em ferros e cadeias...” e as demais recomendações é para que tudo seja feito com o envolvimento mínimo de pessoas.

fronteira como estratégia econômica, também de contrabando e ainda de “manipulação (a seu favor) das diferentes legislações que vigiavam em ambos os lados” (FLORES, 2018, p. 45). Uma das formas de manejar a fronteira eram as fugas, como o caso de “Miguel Alves: oriental de nascimento, criador de gado, que contava com 52 anos quando ameaçou de morte a outro indivíduo e, por isso, precisou fugir”. E fugiu na direção do Estado Oriental, foi perseguido por soldados e só foi alcançado quando já estava em território uruguaio, o que tornou sua prisão ilegal e o processo improcedente<sup>5</sup>. (FLORES, 2018, P. 52)

No caso do Turiaçu, para além de conflitos fronteiriços o governo português reconhecia o potencial da fronteira que apesar de ser uma região afastada e com algumas dificuldades de acesso, as autoridades sabiam que precisava ocupar o máximo de espaços possíveis para vencer seus concorrentes – França e Espanha– e garantir que houvesse populações portuguesas ocupando os espaços do sertão amazônico. Para isso algumas políticas de ocupação foram implantadas com a intenção de obter mais territórios e investimentos mercantis.

A historiadora Sueny Souza (2016) expõe que as doações de terras no Brasil tiveram grande números de registros entre os séculos XVII e XVIII, e estavam intimamente ligados ao processo de conquista de território. Essas doações de terras era uma política de ocupação, que no Pará e no Maranhão foi uma ação frequente para o estabelecimento de fazendas de gados e lavouras, e foram importantes para o estabelecimento de vilas e freguesias na região (SOUZA, 2016, p. 34).

Essas doações de terras era uma face da política de ocupação denominada de Sesmarias. Márcia Motta (1998), afirma que o sistema de sesmarias foi criado em Portugal no fim do século XIV para solucionar problemas de abastecimento do país, impondo obrigatoriedade do aproveitamento do solo, porém na colônia brasileira a intenção foi promover o cultivo das novas terras que necessitavam ser colonizadas. (MOTTA, 1998, p.120)

Segundo Santos “No Brasil, as sesmarias eram dadas por meio de uma carta, de forma que o sesmeiro poderia solicitar a propriedade de Sesmarias, que deveria ser confirmada pelo rei [...]”. No entanto a autora afirma que para receber a confirmação, o sesmeiro deveria cumprir algumas obrigações, entre elas seria o

---

<sup>5</sup> APERS. Poder Judiciário Civil e Crime. Processos Crime. Santana do Livramento Caixa 717. Março 43. n. 1786, 1877.

cultivo e a demarcação da terra, mas no decorrer de seu trabalho a autora esclarece que muitas das obrigações não eram cumpridas, e até a extinção dessa lei, em 1822, houve diversas irregularidades e injustiças que acabavam beneficiando os posseiros ricos e prejudicando outros, como os indígenas, por exemplo (SANTOS, 2018, p.36). Foi uma estratégia de ocupação de território muito praticada na fronteira entre o Pará e o Maranhão. Por isso vale ressaltar que foi por meio de “muitas concessões de carta e data de sesmarias” que o Turiaçu foi ocupado, pois foi “considerada por muitos colonizadores como um local potencialmente produtivo”. (SOUZA, 2012, p. 50)

Outra política bastante influente implantada nessa área fronteira foi o Diretório<sup>6</sup> que tinha como objetivo civilizar os indígenas e torná-los vassallos do rei e ainda garantir as mãos de obras no Turiaçu. Mauro Coelho enfatiza que o Diretório dos Índios resumia a legislação aplicada primeiramente à Amazônia, visando normatizar a relação entre o europeu e o ameríndio, ela foi antecedida pela lei de 1755 que concedeu liberdade aos índios e os tornou vassallos do rei. E tinha como objetivo distribuí-los pela Amazônia e garantir a ocupação da região (COELHO, 2007, p. 151). O diretório passou a atuar e controlar as antigas aldeias jesuíticas depois da expulsão dos jesuítas e, com a mudança administrativa os antigos aldeamentos passaram a se chamar povoações indígenas.

De acordo com Coelho e Santos (2013) essa legislação transformou o estatuto do indígena na medida em que ele foi se tornando um vassallo português com direitos, honrarias e deveres e ainda dava a possibilidade de atuar nas funções administrativas. Os autores destacam ainda que a lei tinha em sua estrutura de funcionamento o cargo de diretor dos índios, para que entre uma de suas funções pudesse “orientar” os índios no processo de civilização. Eles discorrem ainda sobre uma das peculiaridades da lei no vale amazônico já que era uma região cercada de matas e rios, fizeram com que as povoações contornassem os rios, no intuito também de proteger e ocupar o território contra os outros invasores europeus. (COELHO E SANTOS, 2013, p.103, 104)

---

<sup>6</sup> Mauro Coelho (2007, p.158,159) O Diretório se constitui, pois, num instrumento de integração da comunidade nativa da Amazônia ao povo português, por meio da adoção de sua cultura, seus costumes e sua herança familiar em detrimento da cultura indígena. Trata-se da integração do elemento nativo ao Estado português através de um novo nascimento, ou de um casamento (a ideia de casamento me parece sugestiva, pois em sendo o indígena a noiva, abandona a casa de seu pai, ganha um novo sobrenome e adota os costumes do esposo), em que assume nova identidade.

Essas diretrizes portuguesas estabeleceram mudanças na organização social, na economia e principalmente nas relações sociocultural desse sertão amazônico, vamos observar como esse espaço fronteiro de Turiaçu ganhou novas dimensões estruturais e organizacionais a partir dos interesses da Coroa com suas políticas de ocupação.

A partir das Sesmarias e do Diretório a região do Turiaçu recebeu mais investimentos e incentivos para que as populações ocupassem os espaços próximo do rio e houvesse mais atividades produtivas. Souza (2016) destaca que no lado paraense do rio Turiaçu havia a freguesia de São Francisco de Turiaçu, fundada em 1754, sob a jurisdição de Bragança; e no território maranhense o surgimento da vila de Guimarães remonta a doação de terra [...] (SOUZA, 2016, p.34). Além dessas localidades havia também outras povoações e, vilas e lugares ao longo da fronteira.

Como essa região era favorecida por rios, matas e furos os investimentos em pecuárias, agricultura e comércio foi intenso. Eram coletados produtos da mata, havia pescados, cultivo de arroz, algodão, mandioca, cana de açúcar, milho e fazendas de gado, ou seja, havia uma dinâmica econômica. Desde a última década do século XVIII, a quantidade e a variedade dos produtos procedentes das roças das povoações indígenas eram expressivas e tinha a farinha como o principal produto, e nessa intensa atividade econômica as produções eram destinadas ao mercado externo e a subsistência das populações. (SOUZA, 2016, p. 53-54)

Foi possível ter uma noção da fronteira de Turiaçu de sua potencialidade espacial e econômica, mas nesse contexto fronteiro vamos perceber que toda essa dinâmica e importância apresentada na região se deu principalmente por causa das “gentes” que faziam tudo funcionar. Muitas vezes a Coroa portuguesa estabelecia por meios de seus projetos suas intenções exploratórias, porém quem determinava se tudo ia acontecer eram os sujeitos distintos que habitavam e/ou passavam por ali.

A diversidade fez dessa localidade um lugar intenso em muitos aspectos, sejam eles sociais, econômicos, políticos ou culturais e é nesse limite territorial que a fronteira ganha novos sentidos. Por isso vale destacar alguns registros específicos que demonstram as ações e as reações entre os agentes da fronteira.

### 3.2 A FRONTEIRA DE TURIAÇU E SUAS GENTES

O Turiaçu tem uma história antiga com uma vasta floresta, rios e igarapés e quilombos e grupos distintos que tiveram uma relação de protagonismo juntamente com as leis que foram estabelecidas pelos diferentes governantes nas duas regiões administrativas da fronteira, Pará e Maranhão. A história de ocupação dessa área foi construída a partir das experiências dos grupos indígenas, dos escravos fugidos e depois dos libertos, dos colonos e migrantes (GOMES, 2005, p. 132).

Entre as populações diversas que formavam a fronteira, as primeiras foram as indígenas. Além dos indígenas, outra etnia bastante presente na fronteira do Turiaçu, foram os negros escravos, de acordo com Flávio Gomes (2005) nas últimas décadas do século XVIII o tráfico de escravos aumentou consideravelmente no Maranhão, e em 1819 a província maranhense tinha a maior concentração de escravos de todo Brasil. (GOMES 2005, p.132-133). O autor discorre ainda que ao mesmo tempo que começava a receber africanos escravizados para suas lavouras, o Maranhão experimentou também o problema dos fugitivos e a formação de mocambos. Naturalmente a extensa região de Turiaçu cercada de florestas e rios favoreceram as fugas. (GOMES, 2005, p.136).

Diante da quantidade de sujeitos que havia nessa localidade é natural que muitas dessas relações não fossem tão amistosas, por isso é importante direcionar a análise não apenas numa perspectiva política europeia, mas possibilitando um estudo que dê voz aos outros personagens dessa história e que por muitas vezes apareceram apenas como sujeitos desordeiros, ou com outros sentidos pejorativos, como se não tivessem nenhuma perspectiva no período em que estavam.

Mas de acordo com os historiadores aqui citados percebe-se que cada grupo social tinha suas motivações dentro dessa sociabilidade dinâmica e intensa. Temos um cenário ocupado por duas grandes etnias distintas ocupando um espaço fronteiro e sendo governada por outra que se coloca como superior as demais, todavia apesar das investidas de ocupação portuguesa as demais populações estavam de alguma forma estabelecendo suas próprias dinâmicas de dominação espacial.

Essa perspectiva torna-se compreensível, pois segundo Flores (2018, p.42) “As fronteiras, definitivamente, não são espaços rígidos, pelo contrário, atualizam-se constantemente através de diversas práticas. “Essa mudança natural nos espaços fronteiros em grande medida foge do controle estabelecido legalmente, justamente,

porque o funcionamento do espaço era determinado por pessoas”. A autora Maldini (1997, p. 187) faz uma importante colocação ao afirmar que “o indivíduo constrói sua identidade a partir da sua localização.” A historiografia revela que as sociedades na fronteira de Turiaçu estabeleceram suas identidades e determinaram suas próprias relações a partir do território em que se locomoviam, muitas vezes tirando proveito, fazendo alianças e buscando o melhor para seu grupo.

Destaca-se que a ocupação dessa região de fronteira foi marcada por uma história de luta e resistência de negros escravizados e fugitivos, soldados desertores, homens brancos pobres e indígenas (SOUZA, 2012, p. 70). Assim também Gomes (2005, p. 136) reforça que “Quilombolas, fugitivos e depois colonos e camponeses fizeram suas próprias fronteiras”.

O trecho a seguir descreve uma parte da intensidade social na fronteira entre as duas grandes regiões do Pará e Maranhão no período em estudo:

Além do “controle” da população indígena sob a regulamentação do Estado, os governos tanto do Pará quanto do Maranhão buscaram estabelecer o “controle” mais amplo sobre os sujeitos na região de Turiaçu, haja vista que a extensa área de fronteira permitia que escravos fugitivos, soldados desertores e indígenas conhecessem a geografia local e utilizassem os esconderijos que as florestas e rios lhes ofereciam, fazendo com que muitos desses indivíduos fizessem dessa região seus abrigos. (SOUZA, 2016, P. 98)

Na Amazônia, no meio da floresta, primeiramente os indígenas e em seguida os africanos, e depois juntos em diversas ocasiões protagonizaram suas próprias formas de fugas e suas rotas na imensidão dessa área, em mocambos buscavam sua autonomia no meio da floresta. (Gomes, 2005, p. 67). Vale ressaltar que entre alianças e conflitos havia uma série de estratégias de sobrevivência e negociações que envolviam todas as gentes que habitavam ou passavam por esse sertão amazônico. Sobre esse aspecto Adilson Brito (2008) reforça que as relações sociais na fronteira foram construídas longe do poder político e militar devido a imensidão territorial e essa sociabilidade garantia que as linhas oficiais de demarcação fossem diluídas para que as suas próprias fossem estabelecidas possibilitando a muitos a autonomia para forjar sentidos próprios de liberdade. (BRITO, 2008, p.51)

Percebe-se assim a autonomia, o poder de persuasão para conquistar seus objetivos e havia também uma forte rede de comercialização que não era exclusividade apenas dos grupos privilegiados, mas de todos, cada grupo a seu modo e em vários aspectos sociais e comerciais. Brito destaca que nas florestas de Turiaçu

na virada do século XVIII para o XIX a interação entre essas distintas sociedades fez “de muitos mocambos verdadeiros complexos produtivos e comerciais que mantinham contatos frequentes com fazendas, vilas próximas abastecendo esses lugares com víveres variados de primeira necessidade.” (BRITO, 2008, p. 60).

A partir dessa seleção de eventos na fronteira de Turiaçu é possível ter uma noção dos conflitos que ocorriam nessa região, obviamente que nesse espaço habitado por grupos distintos e com interesses diversos as alianças e os conflitos eram iminentes.

### **3.3 CONFLITOS E ALIANÇAS NO COTIDIANO DAS GENTES NO SERTÃO DE TURIAÇU**

A vida dos agentes dessa fronteira foi marcada por muitas experiências no cotidiano. E muito do que ocorria com os fronteiriços eram consequências de uma política que impunham suas medidas de ocupação e dominação sem valorizar as práticas dos demais sujeitos, conseqüentemente havia fugas e estratégias que resultavam em muitas dissensões. A partir das fontes exploradas por historiadores temos um retrato de algumas situações conflitantes de imposições, de resistências, de negociações e adaptações sociais com os indígenas, negros escravos, estrangeiros, brancos pobres, soldados, entre outros.

Um fato interessante ocorreu em 1794 no mês novembro quando 70 indígenas foram direcionados da vila de Bragança para a vila de Ourém, situadas no lado paraense da fronteira, ao chegarem em Ourém, os índios se rebelaram e quinze deles fugiram deixando instalada a desordem entre os que ficaram. Esses índios seriam enviados à cidade do Pará para serem utilizados nos serviços reais<sup>7</sup>. (SOUZA, 2012, p. 66).

Essa política de ocupação que deslocava grupos indígenas de uma região a outra muitas vezes era marcada por insatisfações e fugas, e os índios que conseguiam fugir eram considerados desertores. Em 1804, por exemplo, os índios Alferes Felipe França e Manoel Antonio de Campos estavam na relação de desertores da Companhia de Ourém, porém encontravam-se na povoação do Piriá. A fuga nesse ano foi em massa que acabou comprometendo alguns serviços reais da localidade. (SOUZA, 2012, p. 67)

---

<sup>7</sup> Arquivo Público do Estado do Pará - APEP: Cod. 345, doc. 42

Patrícia Sampaio demonstra uma outra perspectiva das reações das sociedades indígenas só que na região do Rio Negro, embora seja em outra localidade há algumas similaridades na atuação tanto das autoridades quanto dos outros agentes, a autora afirma que “o recurso às fugas, rebeliões e ausências durante o século XVIII não eram peculiaridade exclusiva dos índios aldeados do Grão-Pará (SAMPAIO,2011, p.211). Então é importante observar que as sociedades utilizavam várias estratégias, a autora destaca que os “abusos de poder dos Diretores e mesmo dos Comandantes militares não eram suportados em silêncio” regularmente havia denúncias das povoações, além da revolta, da recusa, dos furtos, das sabotagens no cotidiano, o recurso ao poder superior da autoridade colonial também era acionado, embora nem sempre se chegasse a bons resultados (SAMPAIO,2011, p.260).

As fontes citadas nos trabalhos dos autores aqui mencionados revelam que nas regiões da fronteira do Turiaçu, tanto no Grão-Pará quanto no Maranhão que os respectivos governadores necessitavam realizar algumas articulações para que suas províncias correspondessem aos investimentos reais. E para manter a ordem, as produções e as políticas em vigor era necessário estarem atentos aos abusos de poder das autoridades locais para conter a baixa nas mãos-de-obra, careciam de muitas medidas de persuasão e de alianças para conseguir que os sujeitos continuassem em suas funções, pois “as ausências constituíam-se em uma das mais eficazes estratégias políticas empregadas pelas populações aldeadas” os fronteirizos não podiam ser subestimados quando decidiam defender seus propósitos e isso acabava “colocando diretores em difícil situação para atender às demandas de mão-de-obra” (SAMPAIO,2011, p.225)

As documentações revelam ainda que os indígenas estavam envolvidos em diversos setores da sociedade na época. É comum encontrá-los nos trabalhos de aberturas de estradas, em produções agrícolas, na condução de embarcações, em negociações comerciais e em serviços militares, mas permaneciam nessas atividades conforme seus interesses e condições, pois em muitas situações como já descrito resistiam por meio das fugas. Na descrição de uma das fontes Souza (2016) descreve que:

Para Souza Coutinho (governador da capitania do Pará), a vida militar poderia oferecer muitos benefícios aos índios. As tentativas de incorporar os índios nos corpos de milícias juntamente com os brancos, buscava possibilitar aos índios a fuga das “vexações” e sujeição dos diretores. Dessa forma, Souza

Coutinho acreditava que os índios, quando postos de fato em liberdade, longe do controle dos diretores e das povoações, procurariam o trabalho com os particulares que melhor os tratassem e, assim, não teriam a necessidade de fugir para os matos, como corriqueiramente o faziam (AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 109, doc. 8610). (SOUZA, 2016, p.105)

Ainda nesse contexto outros grupos também se adaptaram as estratégias de dominação, como os negros escravizados e os libertos, a atuação desses sujeitos tem grande importância para construção da sociedade dessa área. Segundo Flávio Gomes (2005) o Maranhão recebeu muitos africanos escravizados para suas lavouras, ele destaca ainda que em 1819, a província maranhense tinha a maior concentração de escravos de todo Brasil. O autor faz um panorama de como as relações conflituosas entre os escravos fugitivos e as autoridades se intensificaram mesmo com a Independência e a criação das províncias do Pará e Maranhão. Os escravos dos dois lados fugiam, formavam quilombos na fronteira e confundiam as autoridades das duas províncias quanto a obrigação de reprimi-los. Ele apresenta de forma pontual situações que evidenciava essas dissensões ao descrever que:

As fugas nessa região estavam aumentando muito. Só do coronel José Theodoro Correia de Azevedo tinham fugido mais de cinquenta cativos. O comandante de Turiaçu estava deveras assustado. Forças militares foram para ali enviadas em 1824, visando “conter os abusos e manter a ordem” ameaçadas com fugas constantes e coletivas. O raio de ação dos quilombolas – tanto fugidos do Maranhão como do Pará – aumentava, indo de Bragança, Ourém, Viseu, até a Vila de Turiaçu, atravessando o rio Gurupi<sup>8</sup>. (GOMES, 2005, p. 137)

As fugas, tanto de indígenas quanto dos negros africanos escravizados, refletem não apenas conflitos, mas a não passividade desses sujeitos. Em meio a essas fugas, perseguições e apreensões em muitas dessas estratégias de resistência era comum alianças entre os indígenas e os escravos negros. Para resistir as imposições essas pessoas, negros e índios, muitas vezes se uniam para fugas e formação de mocambos, isso aconteceu em diversas partes do Grão-Pará (GOMES 2005, p. 59). Os escravizados fugindo das perseguições escolhiam lugares para formação de quilombos e nesse lugar se estabeleciam e procuravam dominar a floresta, e nesse local eles reinventavam suas práticas econômicas e a partir de contatos com outros setores da sociedade – índios, vendeiros, escravos nas senzalas,

---

<sup>8</sup> APEP: Códice 405 (1823), Ofício de 23.9.1823; APEP: Códice 421 (1824), Ofício de 28.12.1824; APEP: Códice 426 (1824), Ofício de 16.5.1824.

traficantes de ouro –ampliaram suas bases econômicas e redes de proteção e solidariedade. (GOMES, 2005, p. 154).

Esse contexto de relações mistas de imposições, de insubordinações e de modos próprios de sobrevivência, as autoridades buscaram conter esses conflitos instituindo na região a ordem por meios dos serviços militares, e essas “gentes” que atuavam como militares tem bastante relevância na fronteira do Turiaçu. As atividades dos regimentos militares no sertão amazônico eram intensas e plural. Havia um trânsito natural entre as capitanias do Pará e Maranhão de militares em busca de desertores, em cumprimento de ordens, em abertura de estradas, e outras, como conter atividades clandestinas. A participação indígena no corpo militar era comum de acordo o documento de novembro de 1794, no qual o Capitão da povoação de Vimiozo era o índio João Batista e que ficou responsável por transportar 54 indígenas para atuarem nos serviços reais na cidade do Pará<sup>9</sup>. (SOUZA, 2012, p. 81)

Shirley Nogueira expõe em seu trabalho um dos momentos mais tensos na fronteira de Turiaçu, cujo acontecimento acabou revelando de alguma forma as motivações de cada grupo. Nogueira (2009), complementa dizendo que:

Em 26 de agosto de 1824, a vila de Turiaçú, localizada no Grão-Pará, na fronteira nordeste dessa Província com o Maranhão, foi tomada por tropas militares - um total de 150 soldados - lideradas pelo capitão reformado Manoel de Nascimento de Almeida e os comandantes José Florêncio e André Miguel. A eles se juntaram sessenta escravos de origem africana, índios e mais civis, como o pedreiro João. Com a entrada da tropa na vila, a maioria dos habitantes abandonou suas casas, uma vez que tiveram notícia da intenção dos indígenas de matarem os europeus e os brasileiros que estivessem com eles. No caminho para a vila, os índios mataram os europeus Miguel Joaquim Faial e José da Maia, donos de fazendas da região; e escravos executaram o seu feitor Bento Roque, que queria ir para Turiaçu. Os indígenas, além de matarem os europeus, pretendiam assassinar o capitão militar José Gonçalves de Azevedo da vila de Turiaçu, além do juiz ordinário e o vigário<sup>10</sup>. (p.221)

É possível perceber a partir da análise da autora sobre o documento que por trás dessas ações há “o desejo dos indígenas de se vingarem das autoridades militares”, dentre as motivações para essa vingança a autora destaca o descontentamento dos indígenas de serem enviados para localidades distante de seus familiares. Outro aspecto apontado por Nogueira supõe que “Os escravos, por sua vez, talvez buscassem vingança contra seus senhores e feitores, ou conseguir

---

<sup>9</sup> APEP: Cod. 345, doc. 77.

<sup>10</sup> APEP, EC, Códice 683, Livro de Ponta, Protocolo da Presidência. Ofício de 21 de outubro de 1824.

suas cartas de alforria, ou obter melhores condições de trabalho” (NOGUEIRA, 2009, p.221). De maneira geral cada grupo lutava para demonstrar suas insatisfações em suas funções e vingarem-se pelos maus tratos e pelos trabalhos compulsórios.

As fontes expostas salientam o que é comum de qualquer ser humano ou grupos, e não apenas de “civilizados”, a capacidade de adaptação, de sobrevivência, de sagacidade, de interações prováveis e improváveis. Além de ser comum também para qualquer comunidade que se sinta ameaçada buscar estratégias de resistência. São ações evidenciadas na documentação e revelam uma característica natural dos seres humanos que é pensar por conta própria e/ou em favor de seu grupo e a partir disso buscar o necessário para sua sobrevivência.

Essa construção de entendimento a partir da descrição das fontes não pode deixar de ser citada na elaboração do recurso didático, pois as discussões acerca desse período devem abranger tanto as habilidades de resistências quanto as posturas incoerentes dos grupos.

#### 4. A IMPORTÂNCIA DA FRONTEIRA DE TURIAÇU PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Diante da intensidade dessas relações sociais no sertão de Turiaçu no final do século XVIII e início do XIX, se torna válido e urgente que o ensino regular tenha contato com essas informações que expõem o funcionamento das políticas portuguesas e suas adaptações na prática com as gentes do sertão amazônico. A temática Fronteira torna-se importante para o ensino de história – Ensino Fundamental Anos Finais –, pois possibilita perceber a diversidade nas relações sociais, a autonomia dos grupos, as reações cotidianas, as políticas oficiais, e ainda as diferentes perspectivas das atividades econômicas.

A partir dessa temática é possível trabalhar em sala de aula mais do que aspectos econômico, político e estatais, porque esse debate possibilita a construção do conhecimento por meio de diversos conceitos do Ensino de História, como noções de relações de poder, noções de espaço, noções de fonte, sujeitos históricos, organização social, territórios e fronteiras, e ainda o escravismo no Brasil. Ou seja, a partir dessa região e de seu recorte temporal muitos conhecimentos podem ser explorados e debatidos. Nesse sentido Alves (2016) afirma que

Na didática da disciplina é importante selecionar recursos e estratégias que visem o desenvolvimento de, sobretudo, três competências: capacidade de interrogar as realidades sociais numa perspectiva histórica; interpretar essas realidades segundo o método histórico; e construir a sua consciência como cidadão com a ajuda da História. Nesse espaço disciplinar aprendemos factos, conceitos, generalizações, modelos e teorias. (ALVES, 2016, p.23)

A construção do saber por meio do espaço fronteira possibilita trabalhar com mais de um sentido dessa temática, a autora Denise Maldini (1997), analisa a fronteira para além dos limites políticos e geográficos relatando que [...] a fronteira é a representação coletiva fundamental para o estabelecimento da diferença ou, em outras palavras, para a percepção da alteridade (MALDINI, 1997, p.182). Essa perspectiva evidencia o que é defendido nesse artigo, a importância desse debate para a formação de alunos no ensino básico.

Uma das características mais marcantes da região da fronteira de Turiaçu são os sujeitos, pois trata-se de um lugar onde há o encontro de sociedades distintas e cada grupo tem suas próprias vivências, interesses, estratégias e principalmente, suas autonomias. Essa diversidade regional é de suma importância para a formação dos discentes, e sobretudo para os da região amazônica, Silva (2007) afirma que “O

ocultamento da diversidade no Brasil vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade” (SILVA, 2007, p. 499).

Nessa perspectiva o cotidiano da fronteira do Turiaçu dá visibilidade a sujeitos muitas vezes silenciados na educação básica, em defesa de tais afirmações Petronilha Silva (2007), defende que “Somos oriundos de uma formação que atribui, aos brancos, aos europeus, a cultura que dizem clássica, pois permanece no tempo, desconhecendo-se culturas dos povos não europeus que também têm permanecido no tempo.” (SILVA, 2007, p. 500). Essa formação de pensamento ainda permanece, embora não na mesma medida de alguns anos anteriores, a sua permanência faz com que seja necessária uma formatação nas práticas educacionais, fazendo um ensino baseado no contexto que evidencia as autonomias das sociedades que por muito tempo foram silenciadas.

Reforçando a importância de um ensino de história que desconstrua os estereótipos e avance para a valorização dos grupos sociais, Silva (2007) garante que:

O desconhecimento das experiências de ser, viver, pensar e realizar de índios, de descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, faz com que ensinemos como se vivêssemos numa sociedade monocultural. Isto nos torna incapazes de corrigir a ilusão da democracia racial, de vencer determinações de um sistema de mundo centrado em cosmovisão representativa de uma única raiz étnica-racial. Impede-nos de ter acesso a conhecimentos de diferentes origens étnico-raciais, e ficamos ensinando um elenco de conteúdos tido como o mais perfeito e completo que a humanidade já teria produzido. Tornamo-nos incapazes de perceber as vozes e imagens ausentes dos currículos escolares: empobrecidos, mulheres, afrodescendentes, africanos, indígenas, idosos, homossexuais, deficientes entre outros” (SILVA, 2007, p. 501)

Esse desconhecimento reforça e naturaliza ainda mais os estereótipos em relação as populações indígenas, as comunidades negras e outros grupos marginalizados. No espaço escolar é possível aprofundar debates e promover pesquisas sobre as diferenças, e a partir dessas dinâmicas permitir o conhecimento e o protagonismo de sociedades distintas.

Para Jorn Rusen (2011, p.82), “Aprender é um processo dinâmico em que a pessoa que aprende é transformada. Algo é ganho, algo é adquirido – conhecimento, habilidade, ou uma mistura de ambos”. Então, é nesse processo prático de transformação que o ensino de história precisa avançar no cotidiano dos alunos. Estudar fronteira permite explorar diversas questões da sociabilidade que capacita os

adolescentes na formação de sua alteridade, na construção da responsabilidade em valorizar o outro.

E esse sertão amazônico tem esses subsídios, pois segundo o historiador Adilson Brito (2008, p. 51) “A documentação referente ao fim do século XVIII e início do século XIX está recheada de indícios relativos à existência de relações interétnicas em diversos espaços localizados na fronteira, onde pretos, índios, mestiços e brancos pobres construíram lógicas variadas [...]”. A Fronteira de Turiaçu tem histórias suficientes que contribuirá na construção da “consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro” e essas são algumas demandas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) das Ciências Humanas para o Ensino Fundamental. A BNCC ressalta ainda a importância de estudar as populações indígenas e afro-brasileiras ao afirmar que:

A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber. (BRASIL, 2017, p. 401)

Nessa linha de importância os autores Paim e Picolli (2007), defendem o ensino de História em que o aluno busca a compreensão primeiramente das questões locais e regionais e em seguida observar suas relações com o global, “pois esta compreensão ajuda-lhes a refletir historicamente sobre os acontecimentos, lhes proporciona uma visão crítica sobre os fatos e assim, podem formar e transformar sua opinião” (PAIM E PICOLLI, 2007, p.114). Nesse sentido o estudo da região amazônica colabora para no ensino de História auxilie o aluno em sua compreensão de que “A história regional vai destacar as diferenças que existem dentro de um mesmo local, mostrando que cada região se constitui de diferentes formas de cultura, valores dos quais decorrem forças globais e locais” (PAIM E PICOLLI, 2007, p.115).

Obter um ensino que aborde os aspectos universais é importante, porém o ensino regional também precisa ser tratado com a mesma importância, pois o cotidiano do aluno, a sua realidade e as histórias do seu espaço precisam chegar à sala de aula. Para reforçar essa questão o autor Francisco Ribeiro da Silva (1999,

p.383) destaca que “Quem conhece a História da sua terra pode amá-la com mais consistência.”<sup>11</sup>.

A produção desse material didático reforça a ideia de não se conformar com que está posto, há muitas maneiras de propor mudanças, para Fernandes (2005) o ensino e o conhecimento da diversidade cultural tornam os sujeitos mais conscientes e transformadores de sua própria história. O autor salienta ainda que o conhecimento de nossa pluralidade étnica contribui para a construção de uma escola cidadã que forma pessoas conscientes de seu papel como sujeitos históricos e como sujeitos de transformação social (2005, p. 386).

Desse modo as pesquisas e as análises realizadas a partir dos textos científicos sobre o sertão de Turiaçu dão conta de uma transposição didática para o ensino fundamental anos finais. Ou seja, as abordagens exploradas nesse trabalho encaminham para a construção de um recurso didático que colabora de maneira eficaz e prática na relação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Possibilitando assim mudanças, avanços, consciência, reconhecimento, respeito e a valorização de diversas culturas.

---

<sup>11</sup> SILVA, Francisco Ribeiro da. História local; objetivos, métodos e fontes. Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 1999.

## 5. UM RIO E SUAS GENTES – UM RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

A elaboração de uma ferramenta didática sobre a Fronteira de Turiaçu poderá contribuir para o Ensino de História na formação de discente do Ensino Fundamental II, pois as questões que serão abordadas nesse recurso didático são pertinentes para essa etapa de ensino. Em seu conteúdo serão abordados alguns conceitos históricos como etnia, escravidão, etnocentrismo, identidade, trabalho, entre outros do ensino de História que poderão ser explorados a partir dessa temática.

Além dos conceitos, esse material abordará em sua estrutura as regiões Norte e Nordeste no final do século XVIII e início do XIX. Explorará as leis portuguesas como Sesmarias e Diretório, na perspectiva das autoridades e no cotidiano das gentes fronteiriças. Destacará alguns aspectos da diversidade dos sujeitos e seus grupos, algumas relações sociais, uma parte de conflitos e interesses comerciais, assim como algumas das estratégias de resistência e negociações, ou seja, apresentará algumas das dinâmicas de autonomia de alguns grupos. E ainda terá algumas análises dos discursos oficiais com algumas fontes que estarão contidas nela.

O uso desse produto didático poderá tornar-se necessário na educação básica porque expõem contextualizações que não estão nos livros didáticos, pois seu conteúdo é inédito, além de acrescentar a compreensão da história de parte da sociedade amazônica no passado. A historiadora Ana Monteiro afirma que

[...] a perspectiva de constituição de um saber escolar tem por base a compreensão de que a educação escolar não se limita a fazer uma seleção entre o que há disponível da cultura num dado momento histórico, mas tem por função tornar os saberes selecionados efetivamente transmissíveis e assimiláveis. (MONTEIRO, 2003, p13)

Essas perspectivas são transmissíveis e assimiláveis, são dinâmicas do saber que estarão disponíveis no recurso didático proposto. Esse processo de transformação do saber científico e do saber didático não são os mesmos, os autores Polidoro e Stigar (1999) afirmam que “[...] para que um determinado conhecimento seja ensinado, em situação acadêmico-científica ou escolar, necessita passar por transformação, uma vez que não foi criado com o objetivo primeiro de ser ensinado” (POLIDORO, STIGAR, 1999, p.3). A transposição didática torna essa transformação possível, por isso as disposições textuais e as imagens serão organizadas de forma

que possam ser compreensíveis e instigadoras tanto para os docentes quanto para os discentes.

Para Circe Bittencourt (2011, p. 295), “Os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem”. E a cartilha servirá como apoio no ensino de História já que o livro didático tem suas limitações no que diz respeito as discussões aqui propostas. A autora salienta ainda que o livro didático tem seus limites, vantagens e desvantagens como qualquer outro material dessa natureza, outro aspecto pontuado por ela sobre o livro didático ressalta que “Os discursos nos textos didáticos também têm sido analisados, sobretudo para identificar a manutenção de estereótipos sobre grupos étnicos” (BITTENCOURT, 2011, p. 300,305).

A temática dessa ferramenta didática será relevante para o ensino de história, pois na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental – anos finais – um dos procedimentos básicos está relacionando “A presença de diferentes **sujeitos** ganha maior amplitude ao analisarem processos históricos complexos ocorridos em espaços, tempos e culturas variadas” (BRASIL, 2017, p.417). E ainda dentre as Competências específicas de História para o Ensino fundamental está a de “Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas, povos com relação a um mesmo contexto histórico, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações” (BRASIL, 2017, p. 402). As recomendações da Base Nacional Comum Curricular reforçam a importância dos aspectos que serão explorados, pois há riquezas a serem explanadas a partir do estudo da Fronteira de Turiaçu.

É importante salientar que haverá abordagens sobre alguns aspectos das regiões do Pará e do Maranhão e essa explanação será necessária, pois muitas vezes alguns alunos sentem dificuldades em definir e firmar sua identidade local. Em grande medida isso decorre porque o ensino nas escolas muitas vezes evidencia mais as outras regiões do que a amazônica. Assim, a partir dessa temática pode-se determinar outros estudos e pesquisas sobre a cidade local dos estudantes, sobretudo se houver ausências nos registros históricos da cidade local. Os autores Souza e Mendonça (2014) após pesquisas com alunos de três escolas de Belém- Pará<sup>12</sup> reforçam que:

---

<sup>12</sup> Pesquisa realizada em três escolas da rede pública de ensino fundamental na Região Metropolitana de Belém: Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Campos da Encarnação de Araújo, localizada no bairro da

Faz-se necessária a valorização das características e especificidades da região, levando o cenário amazônico para o cotidiano, em sala de aula, pois existem escolas que priorizam o ensino de outras culturas e professores que também não ensinam aos estudantes a importância de conhecer e se apropriar da cultura local, secundarizando a mesma, e, como consequência, temos uma grande descaracterização e negação por parte dos amazônidas, percepção que se tornou mais concreta durante a pesquisa. (SOUZA e MENDONÇA, 2014, p.7)

Luis Carlos Borges da Silva (2006), ressalta em seu trabalho a importância de história regional e local no ensino fundamental, e reforça a urgência dessa temática no ensino de história, pois os livros didáticos privilegiam o conhecimento histórico universalizado em temas de História Geral e do Brasil, para esse autor o ensino baseado apenas nessa perspectiva torna a aprendizagem algo sem prazer (SILVA, 2006, p.99). Nessa perspectiva, acredita-se que discussões como as relacionadas à fronteira de Turiaçu seja necessária a sala de aula por conta de sua diversidade amazônica brasileira, mas também porque expõe a Região Norte e Nordeste num contexto de autonomia e singularidades, pois ainda há uma carência de materiais didáticos regionais no ensino de história que destaquem a Região Norte, a Amazônia, no cotidiano do aluno. É necessária uma dinâmica de ensino que valorize “[...] o que é próprio, peculiar de cada local, possibilitando virem à tona os diferentes sujeitos com suas experiências, seus valores, crenças, seu modo de vida, enfim, seus costumes” (PAIM e PICOLLI 2007, p.17).

No recurso didático caberá em alguma medida os debates sobre as Leis lusitanas, porém analisadas tanto no ângulo português quanto dos sujeitos fronteiriços, permitindo que os estudantes percebam distintas atuações numa mesma área. Principalmente, porque nesse espaço “desencadearam inúmeros conflitos envolvendo a posse de terras, a luta contra mocambos, os desentendimentos no interior das povoações indígenas, dentre outros”. Como já exposto, era uma região permeada de tensão desde sua criação, dessa forma compreende-se que “a interação entre indígenas, homens brancos pobres e negros sempre se deu de forma contínua, frequente e intensa” (SOUZA 2016, p. 140).

E um dos objetivos pontuais para a criação desse material didático estará em expor a diversidade no sertão Amazônico no final do século XVIII e início do século

---

Guanabara, Ananindeua; Escola Estadual de Ensino Fundamental Almirante Tamandaré, localizado no bairro da Marambaia, Belém; Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Ulysses Guimarães, localizada no bairro de Nazaré, Belém.

XIX e poder analisar suas permanências no século XXI. Dessa forma será fundamental trabalhar na desconstrução dos estereótipos, porque segundo os autores Mancine e Troquez (2009), “Sob a ótica etnocêntrica do europeu conquistador, os índios foram considerados como “selvagens”, “primitivos”, “gente da terra” que “pacificados”, podiam ser aproveitados no seu intuito de explorar as riquezas do “sertão”, inclusive, a “farta” mão de obra escrava que representavam” (MANCINE e TROQUEZ, 2009, p. 187). E essa não foi uma exclusividade dessa etnia, pois para José Ricardo Oriá Fernandes “Quando se trata de abordar a cultura dessas minorias, ela é vista de forma folclorizada e pitoresca, como mero legado deixado por índios e negros, mas dando-se ao europeu a condição de portador de uma “cultura superior e civilizada”. (FERNANDES, 2005, p. 380).

E nessa perspectiva é importante desfazer discursos que foram sutilmente impostos em salas de aulas como verdades, pois:

[...] é preciso pensar os processos educativos no sentido de reverter/desconstruir a imagem equivocada e preconceituosa ainda existente sobre as sociedades indígenas (isto vale, também, sobre as demais minorias – étnicas e/ sociais). Faz-se necessário evitar conceitos estereotipados em que os índios são vistos como preguiçosos, “a-históricos”, “primitivos”, “primitivos”, “reserva moral da humanidade”, detentores de uma “pureza cultural ancestral intacta”, “grupos em extinção”, entre outras. (MANCINE e TROQUEZ, 2009, p. 200)

Mais importante que desconstruir estereótipos será mostrar as interessantes estratégias de resistência e o cotidiano dos diferentes grupos da fronteira. Havia resistência na fronteira de Turiaçu, havia identidade, não eram grupos homogêneos, eram sociedades com suas características próprias, com métodos de sobrevivência particulares. Os fronteiriços amazônicos fazem parte da história do Brasil, e cada grupo é protagonista de sua própria história e não meros coadjuvantes sendo levados de um lado para o outro como se não tivessem suas próprias vontades. Como bem ressalta Brito (2008):

Assim, em muitas ocasiões, índios, negros, mestiços e brancos pobres também fizeram o papel de colonizadores dessas terras distantes, seja na condição de soldados das milícias e ordenanças, destacados a serviço para o interior distante, seja como desertores dessas mesmas tropas ou fugitivos do cativeiro nas fazendas, vilas e povoações da província, aprendendo a lidar com a natureza e suas intempéries. (BRITO, 2008, p. 52)

Muitos outros historiadores ressaltam a resistência indígena e as resistências escravas, são obras importantíssimas que precisam estar inseridos nos discursos do

cotidiano escolar. E além dessas obras, há também as fontes disponíveis em sites de Arquivos Público, entre outros e faz parte do ofício do historiador analisar fontes históricas e essa função não pode estar ausente na estrutura da cartilha, dessa forma haverá mapas atuais e históricos da área amazônica, e ainda trechos de documentos, links de busca e pesquisa de outras fontes que estão disponíveis em plataformas na internet, para que os estudantes façam suas próprias análises e construam um pensamento crítico a partir também de suas próprias percepções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a Fronteira de Turiaçu no ensino básico – Ensino Fundamental II – por meio desse recurso didático poderá proporcionar mudanças significativas na percepção dos discentes sobre as populações indígenas e os negros escravizados. Pois poderá revelar a “inteligência” e estratégias daqueles que por séculos foram chamados de “selvagens”, “preguiçosos”, “vadios” e outras denominações pejorativas. Poderá também demonstrar a incrível habilidade destes homens de tirarem proveito de circunstâncias adversas em favor deles próprios e ainda será capaz de expor suas competências comerciais de produção e vendas. Permitirá revelar momentos de descontrole e/ou capacidade de vingança (resistência) contra aqueles que achavam que esses sujeitos eram passivos ou meros “vagabundos” sem habilidades para articularem estratégias de guerras. Poderá expor a força do negro e sua destreza em mover-se nas florestas, nos rios; e a astúcia em fazer alianças com quem não falava sua língua, mas compreendia o desejo de resistir e de escapar dos abusos reais.

O Sertão Amazônico no ensino regular colaborará para o conhecimento de outros protagonistas na história do Brasil, pois destacará outros heróis nesse contexto que certamente foram muito mais importantes do que a história europeia revelou. São sujeitos que constam nos documentos oficiais e em outras fontes, e muitos já estão nos textos acadêmicos e precisam ser conhecidos também nos espaços escolares. As aulas de História têm espaço para esses heróis, eles só precisam ser citados, conhecidos e reconhecidos.

O rio Turiaçu precisa passar pelo cotidiano escolar para expor as diversas articulações que as autoridades portuguesas no final do século XVIII e início do século XIX tiveram que fazer e refazer para conseguirem colonizar a Amazônia. E que apesar das diversas tentativas de dominação luso, os sujeitos do Turiaçu fizeram suas próprias demarcações, demonstrando assim que não eram passivos, eram plurais e cheios de interesses e motivações próprias.

Defende-se que discussões como as que envolvem a ocupação e a dinâmica das “gentes” da fronteira de Turiaçu são tão necessárias quanto a narrativa da Independência do Brasil, assim como o grito de Independência de D. Pedro I é naturalizado nas salas de aulas assim também o grito dos indígenas e dos negros precisam ecoar nas classes escolares. São vozes que muitas vezes na própria região

amazônica estão silenciadas e precisam ganhar força e evidência em todos os períodos da História do Brasil.

O material didático poderá servir como o meio para revelar e dar voz as “gentes” do sertão amazônico, mas quem realmente vai fazer valer essa reconstrução da nossa história nacional e local no dia a dia dos alunos são os docentes do ensino regular e os professores acadêmicos na formação dos novos docentes. Dessa forma esse recuso pretende auxiliar o professor do ensino de História em seu exercício diário por meio do compilado organizado nesse recurso didático.

Embora haja uma defesa insistente sobre a importância do recurso didático para o ensino fundamental anos finais, é importante salientar que ele não dá conta de todas as demandas necessárias ao ensino de História. Porém, abre o caminho para que novos materiais sejam construídos e disponibilizados para o ensino básico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Luís Alberto Marques. **Epistemologia e Ensino da História**. Revista História Hoje, v. 5, nº 9, p. 9-30 – 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRITO. Adilson Ishihara. **“Viva a Liberté!”** Cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

COELHO, Mauro Cezar. **A civilização da Amazônia Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho**. Revista de História Regional, v. 5, n. 2, 2007.

COELHO, Mauro Cezar. SANTOS, Rafael Rogério N. dos. **“Monstruoso systema (...) intruso e abusiva jurisdição”**: o Diretório dos índios no discurso dos agentes administrativos coloniais. (1777 -1798). Revista de História. São Paulo, Nº 168, p. 100-130, janeiro / junho 2013.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 67. 2005.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **O espaço manejado – uma forma de compreender a fronteira**. Editora CRV. 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: Ed. UNESP; Polis. 2005.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, p.38.

MAANEN , John Van. **Recuperando métodos qualitativos para a pesquisa organizacional**: um prefácio, Na Ciência Administrativa Quarterly , vol. 24, No . 4, dezembro 1979, p. 520- 526 .

MALDI. Denise. **De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX**. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 40, n. 2, p.184-221, 1997.

MANCINI, Ana Paula G.; TROQUEZ Marta C. C. **Desconstruindo estereótipos: apontamentos em prol de uma prática educativa comprometida eticamente com a**

temática indígena. Campo Grande – MS. Tellus, ano 9, n. 16, p. 181-206, jan./jun. 2009.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. **A história ensinada: algumas configurações do saber escolar.** HISTÓRIA & ENSINO, Londrina, v. 9, p. 37-62, out. 2003.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa.** Universidade Católica de Brasília – UCB. Pró- Reitoria de Pós-Graduação – PRPG/ Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Brasília – DF, março- 2003, p. 10.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro / Vício de Leitura, 1998.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **Fronteira e recrutamento no Grão-Pará (1775 – 1823).** Editora CRV. 2013.

NOGUEIRA, Shirley Maria. A “**Soldadesca desenfreada**”: politização militar no Grão-Pará da Era de Independência (1790 – 1850). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal da Bahia. 2009.

PAIM, ElisonAntonio e PICOLLI, Vanessa. **Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios.** História & Ensino, Londrina, v.13, p. 113, set.2007.

POLIDORO, Lurdes de Fátima e STIGAR, Robson. **A Transposição Didática: a passagem do saber científico para o saber escolar.** Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano VI, n. 27, 1999.

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). **JörnRüsen e o ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SANTOS, Maria José dos. **Arranjos, Lei e Consolidação do Império: Aplicação da Lei de Terras e Apropriação das fazendas nacionais do Rio Branco. (1830 – 1880).** 2018. Tese de Doutorado em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, Francisco Ribeiro da. **História local; objectivos, métodos e fontes.** Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 1999.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** *Educação*, ano XXX, n. 3 (63), set/dez 2007.

SOUZA, Lueni Pantoja e MENDONÇA, Paula de Lís Vieira. **EXPERIÊNCIA EDUCATIVA E ESTEREÓTIPO REGIONAL AMAZÔNICO: A Percepção do que é Amazônia em escolas da cidade de Belém do Pará.** Associação

dos Geógrafos Brasileiros (AGB). VII Congresso de Geógrafos. Vitória-Espírito Santo. 2014.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. **Um rio e suas gentes**: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

\_\_\_\_\_. Doutorado. **Usos da fronteira**: Terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852). Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.